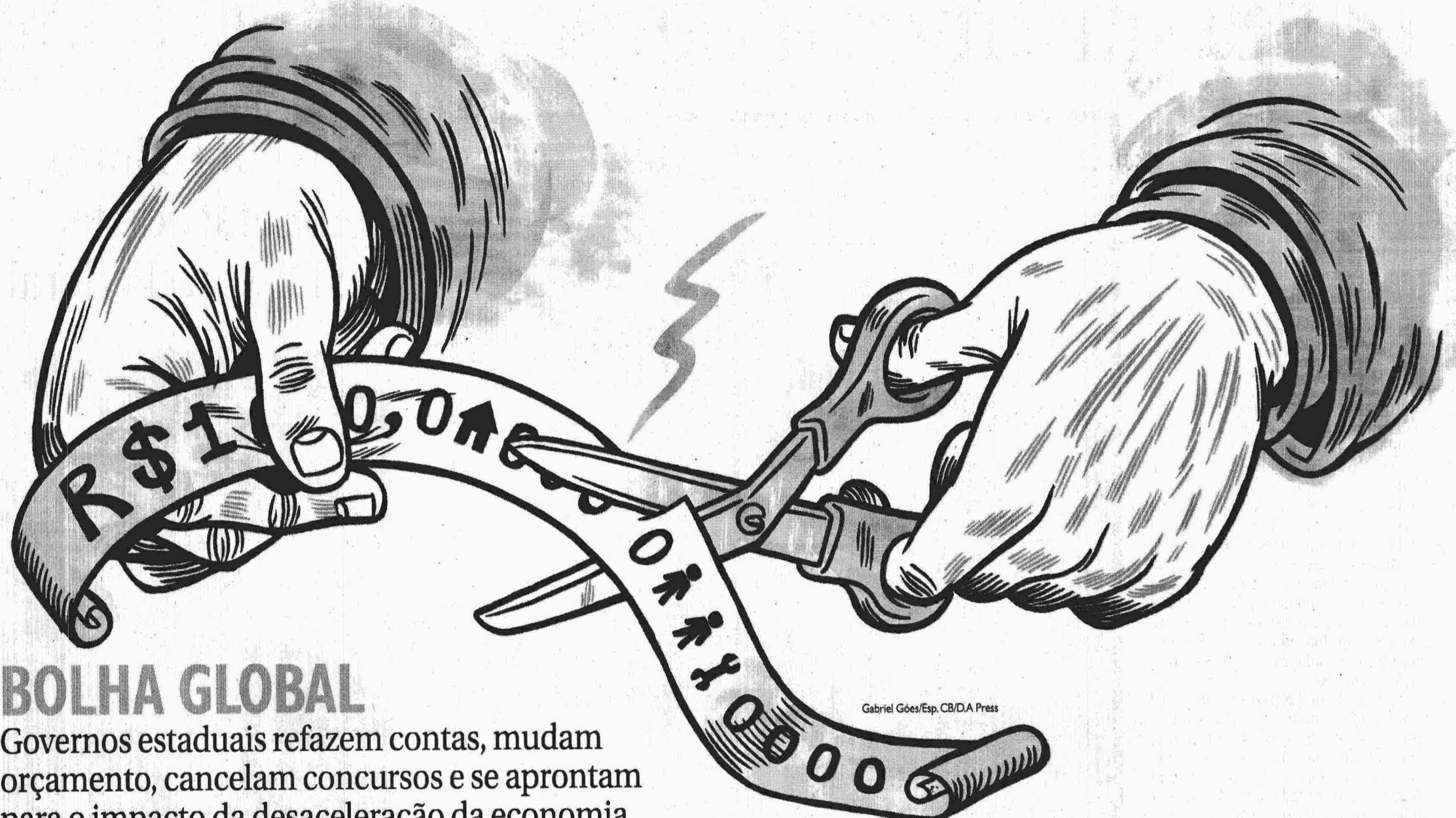


25 ECONOMIA

BRASÍLIA, DOMINGO, 23 DE NOVEMBRO DE 2008
 Editor: Raul Pilati // raulpilati.dfl@diariosassociados.com.br
 Subeditores: Eunice Pinheiro,
 Luciana Otoni e Sandro Silveira
 Tel. 3214-1148
 economia@correio.com.br



BOLHA GLOBAL

Governos estaduais refazem contas, mudam orçamento, cancelam concursos e se aprontam para o impacto da desaceleração da economia

Preparação para o choque

LUCIANO PIRES
 DA EQUIPE DO CORREIO

Prevendo tempos difíceis em 2009, os estados decidiram pisar no freio e aplicar um choque de realidade nos gastos com a máquina pública. Ainda sem saber direito como suas economias serão atingidas pela crise internacional, a maior parte dos governos age para evitar o pior. Por recomendação técnica, administradores cortam e congelam despesas onde é possível. Foi o que identificou o Correio em um levantamento feito em 15 estados, além do Distrito Federal. Em nome do equilíbrio fiscal, alguns já revisam previsões de crescimento, seguram reajustes prometidos ao funcionalismo e adiam a nomeação de candidatos ou a abertura de novos concursos.

Medidas restritivas como essas fazem parte do receituário básico para enfrentar a iminente queda nas receitas obtidas com o recolhimento de impostos. Análises preliminares indicam ainda que os repasses da União por meio de fundos de participação ou setoriais serão menos generosos, o que impõe desafios extras aos gestores de estados dependentes de verbas federais. Diante de tantas incertezas, a estratégia fiscal comum tem sido a de blindar as contas públicas, enxugando e racionalizando custos.

Desde que as Bolsas de Valores entraram em parafuso, esquadrinhando o Orçamento virou rotina no Rio Grande do Norte. O estado baixou um pacote dos mais radicais para se proteger: suspendeu todo e qualquer reajuste salarial por 10 meses, definiu um subíto remuneratório para o funciona-

lismo, estabeleceu metas de contenção de despesas nos órgãos públicos, anulou pré-empenhos e encorreu um rigoroso censo dos servidores inativos. "Se houver um movimento de melhora global, pode ser que a gente reveja algumas decisões, mas acho pouco provável", justifica Wagner Araújo, secretário estadual de Planejamento.

“QUALQUER DESPESA É ANALISADA COM LUPA E, NA DÚVIDA, A GENTE NÃO AUTORIZA

Bernardo Tavares de Almeida, secretário-adjunto de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

metas, o Amazonas limitou a nomeação de novos servidores e quer guardar dinheiro do Orçamento 2008 para formar uma espécie de gordura financeira para 2009. A mesma cautela move a administração do Piauí, estado bastante dependente da transferência de recursos públicos federais. "Não existem, atualmente, parâmetros que nos permitam dimensionar os impactos na receita prevista para o ano de 2009 em função da situação internacional", explica Sérgio Miranda, secretário de Planejamento do Piauí.

Embora a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) piauiense em 2009 esteja mantida em 5%, a ordem é gastar apenas o necessário. Por isso mesmo, o governador decidiu não autorizar novos concursos e determinou que fosse feita uma revisão dos que já tinham sido autorizados. Algo semelhante ocorre em Pernambuco: o Orçamento não mudou, a projeção de PIB para o próximo ano também não. Nenhum concurso foi cancelado, mas o aumento dos servidores estaduais dependerá da expansão das receitas.

Bernardo Tavares de Almeida, secretário-adjunto de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, avverte que todos os estados reabrirão a atenção quanto aos impactos da turbulência externa. Segundo ele, Minas Gerais está com as contas em ordem e o governo quer aproveitar o momento para incentivar a adoção de políticas anticíclicas, atrair investimentos. "Mas é claro que estamos atentos à crise e aos gastos públicos. Qualquer despesa é analisada com lupa e, na dúvida, a gente não autoriza", resume.

Também por causa de uma expectativa de receita abaixo das

CONTRA A CRISE, REMÉDIO AMARGO

Medidas tomadas pelos estados tentam preservar as contas públicas

- Suspensão de concursos públicos e nomeações
- Revisão de crescimento da economia local para baixo
- Congelamento de reajustes ao funcionalismo
- Adoção de ações de contenção de despesas em órgãos públicos
- Estabelecimento de novos parâmetros para a negociação com as categorias
- Análise das receitas previstas para 2008 e 2009
- Realização de censo de funcionários aposentados
- Criação de subíto para conter a elevação de gastos com salários de servidores
- Ajustes ao Orçamento para facilitar o contingenciamento de verbas não obrigatórias
- Autorização de medidas anticíclicas que incentivem a melhora do gasto público

Fonte: governos estaduais